



UNILA

PPGIELA

Interseccionalidade e Fronteiras

Pré-Evento - 18. Congresso Mundial de Antropologia - IUAES

12 e 13 julho 2018

Jardim Universitário | UNILA

O ESTADO-NAÇÃO E A PRÉ-FIGURAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM MOÇAMBIQUE: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS

Ms. Ilídio Macaringue (UNIOESTE)

E-mail: imacaringue1976@yahoo.com.br

Resumo

Palavras-chave: Estado-Nação. Políticas linguísticas. Identidade Nacional. Ideologia.

Neste artigo temos como objetivo analisar o processo de formação e consolidação do Estado-Nação em Moçambique a partir das políticas linguísticas e da pré-figuração da identidade nacional por meio da língua portuguesa e das tradições inventadas a partir do questionamento levantado por Bauman (2005) sobre como alcançar a unidade na diferença e como preservar a diferença na unidade. Para o efeito, optamos por uma metodologia interpretativista e de cunho qualitativo (DENZIN; LINCOLN, 2006; CHRISTIANS, 2006; GERGEN; GERGEN, 2006), auxiliada pela pesquisa documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), o que nos permitiu inferir que o Estado-Nação em Moçambique e a pré-figuração da identidade nacional são construções simbólico-ideológicas asseguradas pelas tradições inventadas (HOBSBAWN, 1990) e consolidadas por políticas de (re)produção de semelhanças e invisibilização de diferentes diferenças que caracterizam o ser humano.

Introdução

Moçambique, país situado na região austral do continente africano, foi colonizado por Portugal, de forma efetiva, de 1930 a 1975, ano em que se tornou independente após a luta armada de libertação nacional encabeçada pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique que decorreu de 1964 a 1974.

A partir de 1975, o país inicia, sob o comando da FRELIMO, um novo caminho da sua história caracterizado pela herança da colonização portuguesa já que não poderia se constituir como Estado-Nação abstraindo-se de toda a herança sociocultural e político-ideológica resultante da colonização.

Além da herança colonial, Moçambique pós-colonial herdou outra decorrente das políticas estruturantes do futuro Estado-Nação desenvolvidas pela FRELIMO nas zonas libertadas, regiões que foram reconquistadas aos portugueses e que serviram de base para moldar e configurar a mentalidade nacionalista sustentada nas políticas ideológicas do Homem Novo; uma identidade nacional que visava preparar os moçambicanos para os novos desafios de construção da pátria.

Com isso, as políticas implementadas por Portugal e sequenciadas pela FRELIMO consistiram na promoção das tradições inventadas cujo papel principal era o de produzir e promover semelhanças para neutralizar as diferenças e o individualismo, ou seja, a Ideologia do Homem Novo visava, acima de tudo, defender a política da FRELIMO e reconhecê-la como guia supremo do Estado e do povo; combater o regionalismo, o tribalismo, o individualismo, o obscurantismo, ter um espírito de sacrifício pela pátria e a fazer gerar a ideia de moçambicanidade.

A moçambicanidade é vista como uma representação simbólica, um posicionamento perceptivo e receptivo a partir da qual se manifesta a amálgama da identidade nacional, ela mesma uma construção simbólica e ideologicamente imposta, para gerar sentimentos hegemônicos que possam repercutir na visibilização de homogeneidades e na invisibilização de heterogeneidades.

Com efeito, neste artigo temos como objetivo analisar o processo de formação e consolidação do Estado-Nação em Moçambique e a pré-figuração da identidade nacional por meio da massificação da língua portuguesa e das tradições inventadas em diferentes contextos da sua história, com recurso a uma abordagem crítico-reflexiva das formas como foram (re)produzidas as semelhanças num contexto superdiverso étnico e linguisticamente tendo por base o questionamento levantado por Bauman (2005) sobre como alcançar a unidade na diferença e como preservar a diferença na unidade.

Este tem sido uma busca constante das políticas dos Estados de (re)produzir semelhanças para legitimar o sentimento de pertencimento à nação visto que as “culturas nacionais são sistemas de representações” (SARUP, 1996, p. 152), ainda que entendamos que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13), alimentada pela crença da sua condição existencial enquanto coletividade política e administrativa que se consagra na patrimonialização de certas línguas, culturas e identidades à escala nacional, justamente para consagrar as desejadas semelhanças.

Metodologicamente adotamos uma pesquisa qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “consiste em conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações”. Optamos pela pesquisa qualitativa por ser multiparadigmático e cumulativamente “um campo interdisciplinar, transdisciplinar, e às vezes, contradisciplinar que atravessa as humanidades, as ciências sociais, e as ciências físicas” (DENZIL; LINCOLN, 2006, p. 21), o que nos permitiu a capitalização de análises

crítico-reflexivas sociais e políticas e o estabelecimento de conexões teóricas e metateóricas, situando a pesquisa como histórica, cultural e pessoal.

A pesquisa qualitativa foi auxiliada pelos paradigmas interpretativistas (DENZIN; LINCOLN, 2006) que permitem estabelecer diálogos, tecer pontes e intercruzar realidades sociais, históricas, culturais e ideológicas a partir de inferências resultantes de interpretação multiparadigmática dos fatos, pois é a partir desta simbiose que se podem construir “diálogos contínuos e de expandir o domínio da deliberação cívica” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 381).

Tendo em conta que “toda a teoria crítica é histórica, no sentido de que entende que os sujeitos de pesquisa e reflexão são sujeitos que trazem marcas de sua própria situação histórica” (MOITA LOPES, 2013, p. 46), então concordamos com Gergen e Gergen (2006, p. 381) que defendem a necessidade de mudança epistemológico-procedimental de modo a privilegiar-se uma pesquisa que estabeleça formas produtivas de colaboração, ou seja, o “pesquisador torna-se um participante ativo nesse processo de forjar relações gerativas, comunicativas, de construir diálogos”.

É a partir desta infusão de vozes, de posicionamentos, de representações e percepções que inferimos e refletimos, a partir do olhar do local, enquanto pesquisador e leitor das representações socioculturais e simbólico-ideológicas que reconfiguramos os componentes multi/paradigmáticos que concorreram para a pré-figuração da identidade nacional e do Estado-Nação em Moçambique.

E porque estamos marcados pela etnia e cultura, duas facetas que determinam a visão do mundo (DENZIN; LINCOLN, 2006) recorremos, também, à suficiência interpretativa que segundo Christians (2006, p. 153) significa “acompanhar com seriedade vidas repletas de múltiplas interpretações e embasadas na complexidade cultural”, para percebermos as dinâmicas e os mecanismos funcionais das tradições inventadas na massificação das ritualizações para racionalizar a ideia de uma identidade nacional, algo que não passa de uma utopia, ou seja, é um constructo ideológico para sustentar e legitimar o sentimento de pertencimento ao Estado-Nação, visto que, segundo defende Bauman (2005), o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha e estão sempre sujeitos a mudanças.

Ao longo do artigo abordamos, sucessivamente, a contextualização histórica da colonização e descolonização Moçambique, o processo de construção do Estado-Nação e a pré-figuração da identidade nacional a partir da língua portuguesa, seguida pela conclusão na qual sistematizamos as linhas essenciais do teor argumentativo.

Os contornos da colonização e descolonização em Moçambique

A partir de 1930, Portugal toma o controle efetivamente de Moçambique e instala a Administração Colonial assegurando o domínio do território. Ainda assim, persistiu a contestação de alguns setores da sociedade contrários à subjugação colonialista e formalizada com a estratificação da sociedade moçambicana em três categorias sociais, nomeadamente os colonos (portugueses), os assimilados (moçambicanos, aspirantes à cidadania portuguesa e que serviam de suporte à dominação imperialista) e os indígenas (a generalidade da população que era basicamente reificada), estes últimos classificados como “indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivido habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (MAZULA, 1995, p. 100).

Esta segregação social, política e cultural encaixa-se na metáfora dos estabelecidos e dos *outsiders*, proposta por Elias e Scotson (2000), ao estudar as relações de força e de poder num contexto de imposição de identidades sobre as outras. No caso de Moçambique, verificamos que os nativos (assimilados e os indígenas), pela força da exploração colonial, tornaram-se *outsiders* na sua própria terra pois foram impostos novos códigos sociais de conduta para inferiorizar as suas línguas e culturas autóctones.

É neste sentido que os autores defendem que

A peça central dessa figuração é o equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a condição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

E para garantir a produção e reprodução da dominação e imposição da ideologia assente no *princípio de dividir para reinar*, Portugal começou a implementar as linhas orientadoras consagradas no Ato Colonial, uma lei constitucional aprovada em 1930, que introduz novas regras para a política externa portuguesa na sua vertente colonização com objetivo de assegurar a soberania nas colônias, capitalizar ao máximo a sua exploração econômica, consolidar a cristianização das populações, fomentar a língua e cultura portuguesas, etc., tendo em conta que “a soberania capitaliza um território” (FOUCAULT, 2009, p. 27).

É neste contexto que Portugal intensificou as medidas de controle efetivo das populações, pois o Estado só assim o é se nele existir esse território e pessoas para serem dominadas com base na imposição de regras, cuja funcionalidade se confunde com um rizoma na medida em que se interligam e interpenetram-se numa base de mais obrigações e menos direitos.

E para o efeito, o Ato Colonial preconizou a introdução do ensino indígena (o ensino para moçambicanos negros) em língua portuguesa e teve o suporte da Igreja Católica, por meio da Concordata, assinada em 1940, por Portugal e Santa Sé, um acordo orientador das relações diplomáticas entre Lisboa e Vaticano.

Com a Concordata, a Igreja Católica em Moçambique foi autorizada a usar as línguas autóctones nos cultos e, posteriormente, a partir de 1963, segundo Mazula (1995), estas línguas também passaram a ser usadas como meio mediador para o ensino do português, ainda que para Portugal essa mudança não visasse a valorização das línguas locais. Pelo contrário, viu-se obrigado a adotar esta estratégia para garantir a integração dos moçambicanos na matriz educacional e cultural portuguesas e assim assegurar a sua incorporação, em larga escala, na sua suposta missão civilizadora camuflando a dominação da população.

Em conformidade com a necessidade de uma presença mais efetiva, Portugal, para além de consolidar os esforços militares para garantir a ocupação e domínio territorial de Moçambique, investiu na presença da sua máquina administrativa. E para tal, estabeleceu fronteiras jurídicas destruindo as fronteiras simbólicas de base étnica e sociocultural pré-existentes à ocupação, desestruturando, desta forma, as relações inter e intra étnicas e consolidou políticas educacionais segregacionistas com objetivo de formar moçambicanos como aprendizes e auxiliares para os esforços da governação do território.

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 47), neste tipo de dominação, os “conquistadores obrigam a população conquistada a viver fora de suas aldeias. Excluíram-na da participação nas cerimônias religiosas, nos sacrifícios e orações aos deuses e, portanto, das bênçãos que estes conferiam aos participantes”.

Ainda de acordo com os autores, com estes procedimentos “os conquistadores empurram os conquistados para a situação de pessoas anômicas aos olhos delas mesmas e, ao mesmo tempo, desprezam-nos por não obedecerem às normas que eles observam” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 47).

É neste contexto que o Estatuto Missionário publicado em 1941 conferiu mais poderes à Igreja Católica em Moçambique, tornando-a num aliado privilegiado do governo colonial português na condução de todo o ensino indígena com o fim de “civilizar e nacionalizar o indígena por meio da língua portuguesa e gradual compreensão da doutrina e moral cristã” (CASTIANO; NGOENHA; BERTHOUD, 2006, p. 27).

Estes fatos permitem-nos perceber que o ensino da língua portuguesa constituía, também, um meio ideológico de dividir para dominar sucedendo-se o que Bourdieu (2007, p. 10) chama de produções simbólicas como instrumento de dominação para a legitimação dessas distinções cujo objetivo é a “integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa

consciência) das classes dominadas”, razão pela qual “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)” (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Deste modo, o ensino e aprendizagem do português foi massificado nas escolas e em toda a sociedade de modo a garantir a integração e subjugação de maior número de moçambicanos, de forma sistemática, para inculcar uma lógica de pertencimento a uma genérica cidadania e cultura portuguesas e promover a negação da sua cultura nativa. Ainda assim, tais esforços não foram bem-sucedidas, pois a língua portuguesa continuou a ser língua segunda da maioria da população, fato que perdura até hoje no país.

Sobre a questão de pertencimento, Bauman (2005, p. 18-19), que fez a metáfora da rocha para defender que a identidade e o pertencimento não são duradouros eternamente como uma rocha, ou seja, não são garantidos para toda a vida, pois são revogáveis e negociados e a “idéia de ter uma ‘identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa”.

Apesar de todos os esforços, a dominação portuguesa sofreu revés por conta do grupo dos assimilados que, com o contato de línguas e de culturas, ampliou o seu ângulo de cosmovisão do mundo e de alguma maneira internalizou também para si o sofrimento do resto do povo (indígenas), ou seja, de assimilados tornaram-se *desassimilados* na medida em que foram formados para serem aliados nos esforços de colonização e acabaram por se transformar em inimigos do regime colonial, ainda que seja necessário ressaltarmos que não tenham sido todos os assimilados a optarem por mudar de lado.

A propósito das metamorfoses de identidades, compreendidas, nesta pesquisa, como não essencialistas, relacionais, dinâmicas, fluidas e multiformes (HALL, 2000; RAJAGOPALAN, 1998; SARUP, 1996; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), Bauman (2005, p. 19) refere que elas “flutuam no ar, algumas da nossa própria escolha, mas outras infladas e alcançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. Esta situação pode ser contextualizada à situação dos assimilados em que uns enveredaram pela ruptura com as suas identidades de matriz bantu para incorporarem a matriz lusitana e não fizeram o inverso, enquanto os outros conseguiram fazer esse movimento e reivindicaram a libertação do jugo colonial.

É justamente este grupo que apesar de ser aliado de Portugal e beneficiava de algumas vantagens como inserção profissional, educação diferenciada, etc., também era dominado e sofria algumas restrições cívicas e políticas já que foi inculcado “amnésia geral” para deixarem de ser moçambicanos, porém não foram transformados em cidadãos portugueses de pleno direito, isto é,

por indução abdicaram das suas bases autóctones, mas também não lograram ser admitidos como membros efetivos da chamada identidade metropolitana.

Foi, justamente, o despertar, de parte deste grupo, para a realidade na qual se encontrava que se gerou a maturidade ideológica permitindo estabelecer distinções determinantes para a formação de uma consciência nacionalista mais estruturada. Para o efeito, foram desencadeadas várias ações com o destaque para a mobilização pacífica da população, por meio de greves e outros tipos de boicote e denúncia ao colonialismo, interna e externamente, publicação de textos nos órgãos de comunicação social, etc., até se consagrar a opção armada como estratégia principal para se derrubar o colonialismo que apresentava “o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistema de administração e instrução” (BHABHA, 1998, p. 111).

A tomada de uma nova consciência por uma parte dos moçambicanos permitiu a formação de movimentos cívicos e políticos contra a presença colonial e fez vingar aquilo que Cuche (2002) chama de desculturação, processo que ocorre quando os povos se manifestam contrários aos valores impostos. Este pensamento ecoa em Hall (2009) ao referir que a relação colonização *versus* pós-colonização está sujeita, irrevogavelmente, num campo de poder-saber e a partir do momento em que se verifica o deslocamento do foco das relações que caracterizam o colonizador e o colonizado, este último torna-se dono do seu próprio destino e desenvolve a capacidade de criticar e desconstruir as representações ideológicas até então vigentes.

É neste sentido que a FRELIMO, que outrora combatera o sistema colonialista português e todas as suas práticas imperialistas, viu-se obrigada, enquanto partido dirigente do Estado, a adotar as políticas linguísticas do colonizador, uma decisão político-ideológica que visava consolidar o espírito desenvolvido ao longo da luta armada de libertação nacional e nas zonas libertadas em que a língua portuguesa constituía um elemento aglutinador, na medida em que permitiu gerar o espírito de coesão interna, de integração intra e inter étnica para formar um sentimento corporativo de pertencimento a uma genérica nação moçambicana, não obstante termos consciência de que falar a mesma língua não é condição *sine quo non* para se formar uma nação.

A propósito de aglutinar na diferença, ou seja, unificar na diversidade, Bauman (2005, p. 27) aponta que é papel do Estado promover a “obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia da sua continuidade”. Ainda de acordo com o autor, “se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também uma condição necessária para haver uma nação proclamando – em voz alta, confiante e de modo eficaz – um destino compartilhado (BAUMAN, 2005, p. 27).

Por isso, a escolha do português como língua oficial e de unidade nacional no período pós-independência configura-se nos esforços para gerar e garantir o sentimento de pertencimento

partilhado por culto a um passado comum e a um território por libertar e que já não era não o pré-existente à colonização, mas o de permanência e no qual as aspirações individuais e coletivas são geridas por meio do nacionalismo.

Assim sendo, podemos destacar que a história de Moçambique está intimamente ligada ao processo de colonização portuguesa e à luta de libertação nacional, porquanto é a partir desta colonização que surgiu Moçambique enquanto Estado-Nação, uma construção idealizada com base na herança das políticas hegemônicas de Portugal as quais consistiram na prática simétrica de produção e reprodução de semelhanças para conter as diferenças.

Foi na tentativa de arregimentar a população em esteriótipos igualitários que se elevou a consciência nacionalista e a maturidade política dos dominados que acabaram por se rebelar e construíram novos caminhos rumo à liberdade e à autdeterminação.

A construção do Estado-Nação e a pré-figuração da identidade nacional em Moçambique

A ideia de moçambicanidade não está dissociada das representações que estão por detrás da construção do Estado-Nação. Por isso, a construção do Estado-Nação em Moçambique é um processo contínuo e permanente, visto que Estado e Nação são duas categorias que estão intimamente ligadas ao nacionalismo, compondo facetas da mesma moeda. O nacionalismo nunca se consagra como produto acabado. Ele é uma construção permanente, por isso que Anderson (2008, p. 32) considera que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”.

Segundo Bauer (1996, p. 81), “a nação apresenta-se como um modelo natural, e o Estado um produto artificial [pelo que o] Estado, portanto, deve seguir a nação e uni-la politicamente”. Ainda de acordo com o autor, a nação tem um carácter nacional. Todavia, tal carácter não significa que haja uma comunhão, *a priori*, pré-estabelecida. Pelo contrário, existe um esforço para se estabelecer essa comunhão, mesmo reconhecendo-se as diferenças individuais e grupais, pelo que “nação é comumente entendida como a totalidade dos cidadãos do Estado, ou a totalidade dos habitantes de um espaço econômico” (BAUER, 1996, p. 76).

A este propósito, Weber (1994, p. 72) defende que a nação não é simétrica a uma comunidade linguística e “não é idêntica ao povo de um Estado”, pois no mesmo território podem existir várias nações. Esta situação ocorre porque o Estado se materializa pela “superposição do território domiciliar com a [sua] soberania indivisível” (BAUMAN, 2005, p. 27).

É neste sentido que a nação é vista, acima de tudo, como uma construção simbólica que decorre de sentimentos, expectativas, esperanças, pertencimento e adesão, por vezes obrigatória, a uma coletividade com a qual se pode partilhar um passado comum, valores históricos, sociais,

culturais, sofrimento, susceptíveis de serem inteligíveis. Por essa razão, uma etnia ou pessoas podem pertencer a múltiplas e variadas nações no interior do seu país, porém cabe à política ideológica e hegemônica do Estado Nacional perseguir estes sentimentos, por vezes dispersos e fragmentados, condensá-los na mesma base de harmonização coletiva e reproduzir a hegemonia conducente à sua integração na jurisdição do território no qual exerce a soberania.

Sobre a etnia, Hall (2006, p. 62) defende que é um termo que se usa para referir as características culturais, tais como língua, religião, costume e tradições e aponta que “essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais”.

O mesmo autor enfatiza também que “é ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno de uma raça. [...] a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. [...]. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica” (HALL, 2006, p. 62-63).

Com a ideia de que a nação não se funda unicamente em pressupostos étnicos e nem raciais, uma vez que a raça não explica, por exemplo, o ser branco ariano significava ser alemão, ou então ser negro é ser, conseqüentemente, africano, até porque existem em África Estados cuja população é maioritariamente branca, como são os casos do Egito, Tunísia, Líbia e Argélia, Renan (1997, p. 169-170) coloca em causa o mito de formação das nações com base na raça e na língua ao defender que “as línguas são formações históricas que indicam pouco sobre o sangue dos que as falam e que, em todo o caso, não poderiam agrilhoar a liberdade humana de escolher a família com a qual deseja unir-se”.

Ainda no mesmo diapasão, Bauer (1996, p. 45) refere que “os ingleses e irlandeses, os dinamarqueses e noruegueses, os sérvios e os croatas, falam, em cada um dos casos, a mesma língua, e nem por isso são um único povo. Os judeus, por outro lado, não têm uma língua comum, mas são uma nação”.

A propósito da impossibilidade de qualificar sentimentos de pertença tomando a língua como base para a formação de uma nação, Hobsbawn (1990, p. 75) faz a seguinte consideração: “o que sabemos é que lutas nacionalistas foram agravadas, algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos linguísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua”.

Por isso, corroboramos com o autor ao analisar as inferências a partir das quais se podem determinar as bases para a constituição de uma nação, nomeadamente: associação histórica com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito e uma provada

capacidade de conquista. Estas premissas também caracterizam o contexto moçambicano nos períodos históricos em análise.

Segundo Renan (1997, p. 173), “uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam”, ou seja, como advoga Anderson (2008, p. 32), a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo soberana”.

Neste sentido, a ideia da construção do Estado-Nação em Moçambique baseada na adoção de uma língua de unidade nacional, no caso o português, é uma crença ideológico-filosófica e uma construção simbólica motivada pelo fato de que, por meio de uma língua, se (re)produz a falsa consciência e impõe-se a violação simbólica definida por Bourdieu (2007) como construção da realidade para estabelecer uma ordem gnoseológica ao imporem-se os mesmos valores nacionalistas, patrióticos e simbologias a partir dos quais se gera o sentimento de pertença (livre ou imposto), até porque, conforme consideram Elias e Scotson (1997, p. 143) “a coletividade é vivenciada e os símbolos são representados como algo separado dos indivíduos em questão, algo superior e mais sagrado do que eles”.

Assim sendo, constatamos que o sentimento de pertença à genérica nação moçambicana é independente da etnia – vários grupos de diferentes origens lutaram para libertar as terras conquistadas pelos portugueses; raça – houve casos de brancos europeus que auxiliaram os moçambicanos (negros e brancos) na luta contra o colonialismo português; religião – católicos, muçulmanos, protestantes e ateus resistiram à ocupação europeia; língua – pessoas de diferentes idiomas juntaram-se para libertarem o país.

Este pensamento tem por base a visão defendida por Machel (1983, p. 20) ao defender que “a nação identifica-se pelos seus símbolos. Perante a história, perante a cultura, perante a nação não há católicos, não há muçulmanos, não há protestantes, não há ateus – há moçambicanos patriotas ou antipatriotas”.

É diante deste contexto que a moçambicanidade se forma a partir da política hegemônica da FRELIMO de aglutinar na diferença. Por isso, falar da moçambicanidade é, ao mesmo tempo, falar do Estado e da Nação na medida em que ela constitui o seu complemento; vértice de suporte, enquanto estereótipo representativo de base hegemônica da superdiversidade linguística e cultural de Moçambique.

A moçambicanidade, como amálgama da identidade nacional, é soberana, no sentido de que, conforme defende Bauman (2005, p. 28, grifo do autor), uma identidade nacional é “cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças [...] e não reconhece competidores nem opositores e ela objetiva o “direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’”.

É por essa razão que o autor defende que

Tal como as leis dos Estados passaram por cima de todas as formas de justiça consuetudinária, tornando-as nulas e inválidas, em casos de conflito, a identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas de colidir (fosse em princípio ou ocasionalmente) com a irrestrita prioridade da lealdade nacional (BAUMAN, 2005, p. 28).

É a moçambicanidade que faz existir a do Estado Moçambicano, uma vez que gera o sentimento de gnoseologia e de partilha de valores comuns.

Ainda que sentida como essência e forma, em virtude de constituir a base da ideia de nacionalidade, do nacionalismo e de pertencimento a uma coletividade estatal, a moçambicanidade, enquanto identidade nacional, não passa de uma construção filosófica e como tal é dinâmica, processual, controversa e em constantes crises como qualquer outra identidade e processa-se como mecanismo de negação a todo o tipo de alienação colonial. É, pois, uma identidade que nasce da negação à portugalidade e da “*crise do pertencimento* e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Portanto, a moçambicanidade, como projeto político-ideológico nasce da resistência e negação à portugalidade e fundamenta-se na infusão da “representatividade” que valoriza o local, as suas gentes, culturas, línguas, tradições, lendas, heroicidade, gastronomia, crenças, etc., ainda que não se funde, única e exclusivamente, em bases tradicionais de matriz moçambicana/ africana, pois como qualquer identidade, ela é permeada de influências de outros povos de outros Estados e continentes.

Conclusão

Neste artigo tínhamos como objetivo analisar o processo de formação e consolidação do Estado-Nação em Moçambique a partir da pré-figuração da identidade nacional por meio da língua portuguesa e das tradições inventadas ao longo do seu processo histórico. Das análises feitas, concluímos que as políticas implementadas por Portugal de segregar para unificar por meio de uma língua foram sequenciadas pela FRELIMO nos esforços de *matar a tribo e fazer nascer a nação* como forma de produzir e promover semelhanças e neutralizar as diferenças e o individualismo.

Além disso, esta política visava assegurar a coesão interna, garantir a integridade territorial e assegurar a instauração e consolidação de um Estado-Nação uno e indivisível na expectativa de, entre outras, fabricar uma pretensa identidade nacional. Todavia, todos os esforços de reproduzir semelhanças redundaram em fracasso, pois o ser humano é múltiplo e superdiverso e como tal

portador de diferentes diferenças impossíveis de serem arrematadas e silenciadas, a não ser numa crença político-ideológica.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUER, Otto. A nação. cap. IV. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTIANO, José P.; NGOENHA, Severino E.; BERTHOUD, Gerald. **A longa marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique**. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 141-162.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/ Editora Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GERGEN, Mary M; GERGEN, Kenneth J. Investigação qualitativa. Tensões e transformações. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 367-387.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

- HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MACHEL, Samora. Consolidemos aquilo que nos une. Reunião da direção do Partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas. 14 a 17 de Dezembro, 1982. **Coleção Unidade Nacional**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.
- MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique**. Maputo: Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.
- MOITA LOPES, Luíz P. (Org.). **O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.
- RAJAGOPALAN, Kanavilil. O conceito de Identidade em lingüística: é chegada a hora de uma consideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.
- RENAN, Ernest. **O que é uma nação? Plural; Sociologia**. 1º sem. São Paulo: USP, 1997.
- SARUP, Madan. **Identify. Culture and the postmoder world**. Endiburg: University Press, 1996.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferenças**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WEBER, Max. **Comunidade política. Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferenças**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.